



ADAILDES BISPO DOURADO - **Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí**; LÚCIA HELENA DE MEDEIROS MOREIRA OLIVEIRA - **Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal**

## **CAMPUS RIO VERDE DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO: MEIO SÉCULO DE ENSINO PROFISSIONAL AGRÁRIO NO SUDOESTE DE GOIÁS**

### ***CAMPUS RIO VERDE DO FEDERAL INSTITUTE GOIANO: FIFTY YEARS OF AGRICULTURAL PROFESSIONAL TEACHING IN SOUTHWEST OF GOIÁS***

#### **RESUMO**

O presente texto resulta de uma análise sócio-histórica dos cinquenta anos do Campus Rio Verde do Instituto Federal Goiano, que oferece educação profissional voltada ao setor agrário desde a década de 1960. Embora a reflexão permeie toda a existência da instituição, o relevo da análise está entre meados dos anos 1990 e final dos anos 2000, intervalo que compreende importantes modificações na oferta de ensino técnico de nível médio nas escolas de ensino profissional no âmbito federal e o período de criação de cursos de graduação e pós-graduação nessas mesmas instituições, que chegam com a expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual fazem parte os Institutos Federais. A análise tem como pano de fundo a vocação econômica do município de Rio Verde, predominantemente voltada para o setor agropecuário. Desse modo, buscou-se compreender e analisar a intencionalidade das políticas públicas para o ensino profissional, buscando compreender o modelo, agora vigente. Documentos de criação de cursos, diretrizes curriculares, leis e decretos que regulamentam as políticas

educacionais para o ensino profissional, documentos editados por organismos estrangeiros que tratam das políticas educacionais e dados econômicos da região abstraídos dos arquivos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compõem as fontes analisadas. Esses elementos articulados entre si e fundamentados por teóricos que discutem a educação profissional no Brasil levam a constatação de que, mesmo apresentando alguns avanços, a nova institucionalidade ainda persiste na histórica dualidade estrutural da educação profissional, que separa a formação de trabalhadores técnicos e formação de intelectuais.

**Palavras-chave:** educação profissional; Institutos Federais, políticas públicas

#### **ABSTRACT**

This text results from a socio-historical analysis of the 50 years of the institution that gave origin to the Rio Verde Campus of the Goiano Federal Institute, which offers professional education focused on the agrarian sector since the 60. Although the reflection permeate the whole existence of the institution, the relief of the analysis is between the mid - 1990 and the end of the years 2000,



ADAILDES BISPO DOURADO - **Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí**; LÚCIA HELENA DE MEDEIROS MOREIRA OLIVEIRA - **Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal**

interval that comprises important modifications in the offer of medium-level technical education in the schools of vocational education in Federal scope and the period of creation of undergraduate and graduate courses in these same institutions, now transformed in the of the Network of Professional, Scientific and Technological Education, of which the Federal Institutes of Education are part. The analysis is contextualized in the economic vocation of the municipality of Rio Verde, which is predominantly focused on the agricultural sector. Thus, it was sought to understand and analyze the intention of public policies for vocational education, seeking to understand the model, now in force. Documents for the creation of courses,

curricular guidelines, laws and decrees regulating educational policies for vocational education, documents edited by foreign organizations dealing with educational policies and economic data extracted of the archives of The Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) comprise the analyzed sources. These elements articulated among themselves and founded by theorists who discuss professional education in Brazil lead to the realization that, even presenting some advances, the new institutionality still persists in the historical structural duality of Professional education, which separates the training of technical workers and training of intellectuals.

**Keywords:** professional education; Federal Institutes, public policies.

## Apresentação

Este estudo procura estabelecer um diálogo entre os aspectos históricos, políticos e educacionais relacionados ao ensino profissional a partir de uma análise sócio-histórica dos cinquenta anos do Campus Rio Verde do Instituto Federal Goiano. A escolha da instituição deu-se devido sua importância no contexto socioeconômico na microrregião do sudoeste de Goiás, levando em conta sua trajetória de meio século de ensino agrário, caminho percorrido à sombra das políticas públicas educacionais regulamentadas ao longo desse tempo.

Priorizou-se para este estudo, a legislação específica para educação profissional, documentos de criação de cursos, como projetos pedagógicos, diretrizes curriculares, documentos resultantes de acordos internacionais para a



ADAILDES BISPO DOURADO - **Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí**; LÚCIA HELENA DE MEDEIROS MOREIRA OLIVEIRA - **Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal**

educação, como a Carta de Jontiem<sup>1</sup> e o Relatório Delors<sup>2</sup> e dados estatísticos da situação socioeconômica do município. Contribuições significativas acerca da história, tanto do município, quanto da implantação do Campus Rio Verde do Instituto Federal Goiano foram encontradas na dissertação de Leão (2015) que pesquisou os dez primeiros anos da instituição.

As fontes pesquisadas foram analisadas por meio de um entrelaçamento com as políticas públicas e fundamentadas pelo arcabouço teórico de autores que discutem o ensino profissional no Brasil. O resultado apresenta um cenário de avanços significativos no quesito aumento na oferta de cursos, mas de poucas mudanças acerca da dualidade entre formação de profissionais para o mercado de trabalho e formação de intelectuais para cargos mais elevados na esfera do trabalho.

## **Implantação e consolidação do ensino profissional em Rio Verde**

A história de Rio Verde tem início na década de 1830 a partir da chegada de José Rodrigues Mendonça, um paulista que chegou à região atraído pelo benefício da isenção de impostos para criação de gado, conforme relata Lima (2000). Quase um século depois, surgiram as primeiras instituições de ensino para formação de trabalhadores para atuar no setor agropecuário, a exemplo do Colégio Novaes, no ano de 1924<sup>3</sup>, depois, a Escola Prática de Agricultura<sup>4</sup>, ambas

---

<sup>1</sup>Resultado da Conferência Mundial de Educação para Todos que ocorreu no início da década de 1990 na Tailândia.

<sup>2</sup>Elaborado pela UNESCO por meio da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI entre 1993 e 1996.

<sup>3</sup> Substitui o Colégio Nossa Senhora da Consolação. Era de propriedade de Eleuthério de Sousa Novaes. Extinto em 1925.

<sup>4</sup> Criada em 1927.



ADAILDES BISPO DOURADO - **Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí**; LÚCIA HELENA DE MEDEIROS MOREIRA OLIVEIRA - **Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal**

desativadas logo em seguida devido à falta de recursos para funcionamento. No ano de 1937 é regulamentado o Patronato Agrícola, criado para formar mão de obra qualificada para atuar no município, sendo transformado em Escola Profissional Rural no ano de 1938 e extinto em 1940. A unidade destinava-se a oferecer ensino rural nos graus elementar e profissional para crianças pobres de ambos os sexos, conforme levantamento de Leão (2015).

Na década de 1960, o município de Rio Verde avança para a agricultura comercial que se consolida a partir da década de 1970 e é nesse contexto que surge no ano de 1967, o Ginásio Agrícola, que tem sua denominação alterada para Colégio Agrícola de Rio Verde no ano seguinte. Na unidade ministravam-se as três séries do 2º ciclo (colegial), conferindo o diploma de Técnico Agrícola, com a finalidade de formar mão de obra qualificada visando atender ao processo econômico da região.

A concepção pedagógica, princípios e objetivos formativos desse sistema, visavam à formação profissional de trabalhadores para as grandes empresas do complexo industrial. Baseava-se na necessidade econômica e política do setor agrícola de dispor mão de obra tecnicamente qualificada, adequada aos novos procedimentos da agricultura de grande porte (LEÃO, 2001, p. 50).

No ano de 1979, o Colégio Agrícola de Rio Verde é transformado em Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde e passa a oferecer o curso Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária em nível de segundo grau com duração de três anos e assim persiste até o ano de 1997, quando o Decreto de Lei nº 2.208/1997 separa o ensino médio da educação profissional. A partir de então, o ensino médio retoma seu sentido propedêutico, enquanto os cursos técnicos passam a ser oferecidos nas formas: concomitante (ao ensino médio) e



ADAILDES BISPO DOURADO - **Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí**; LÚCIA HELENA DE MEDEIROS MOREIRA OLIVEIRA - **Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal**

subseqüente (destinada a quem já concluiu o ensino médio). Nessa época surgem na então Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde os cursos técnicos em Agropecuária, Agricultura, Zootecnia, Agroindústria, Administração, Contabilidade, Secretariado e Informática.

O Programa de Expansão da Educação Profissional PROEP – parceria do governo federal com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) efetivada também em 1997 com a finalidade de financiar a reforma do ensino profissional foi outro fator que contribuiu ainda mais para o distanciamento do ensino profissionalizante com o ensino médio.

Dessa forma, era necessário, segundo a lógica da reforma, que ao final do Programa essas instituições estivessem preparadas para buscar parte de seus orçamentos por meio da venda de cursos à sociedade e de outras formas de prestação de serviços. Cabe destacar que os critérios de elegibilidade dos projetos institucionais eram extremamente coerentes com a reforma da EPT. Assim, o projeto que apresentasse alguma proposta relacionada com o ensino médio era sumariamente descartado, o que era compatível com a separação do ensino médio da educação profissional e, mais ainda, com o afastamento definitivo das IFETs dessa última etapa da educação básica. (MOURA, 2007, p. 17).

Paralela a isso, a Portaria nº 646/1997<sup>5</sup> determinou que a partir de 1998 a oferta de ensino médio fosse diminuída nas escolas profissionalizantes da Rede Federal. Essa determinação durou até o ano de 2003, quando foi revogada por meio da Portaria nº 2.736/2003<sup>6</sup>. Segundo Moura (2007), a ideia era extinguir definitivamente a vinculação das escolas profissionais com a educação básica.

---

<sup>5</sup> Portaria nº 646/1997, de 14 de maio de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da lei federal nº 9.394/96 e no decreto federal nº 2.208/97 e dá outras providências

<sup>6</sup> Portaria nº 2.736, de 30 de setembro de 2003. Revoga a Portaria nº 646, de 14 de maio de 1997. Diário Oficial da União, Brasília, 01 out. 2003.



ADAILDES BISPO DOURADO - **Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí**; LÚCIA HELENA DE MEDEIROS MOREIRA OLIVEIRA - **Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal**

Isso de fato ocorreu no Campus Rio Verde do Instituto Federal Goiano, na época ainda denominado de Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde. Desde então, não se oferece na instituição o ensino médio integrado ao técnico, com exceção de dois cursos voltados para Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Mesmo com a criação dos Institutos Federais, não houve alteração, talvez sustentada pela brecha que existe na própria lei nº 11.892/08. O inciso I do artigo 7º apresenta um dos objetivos dos Institutos Federais: “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”. A lei não estabelece obrigatoriedade no quesito oferta de ensino médio na forma integrada, deixando a questão em aberto para as unidades de ensino.

O contexto do final dos anos 1990 produz efeitos graves sobre a educação brasileira em todos os níveis, conforme Moura (2007), sendo um deles a conformação da dualidade entre ensino médio e educação básica e todas as suas consequências trazidas. No entanto, as mudanças mais significativas ocorreram a partir de 2002 com a transformação da antiga Escola Agrotécnica em Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde (Cefet) e posteriormente, em 2008, quando é transformado em um *campus* do Instituto Federal Goiano, criado a partir da lei n. 11.892. Atualmente a instituição rio-verdense oferece cursos técnicos, educação de jovens e adultos (Proeja), cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas, mestrados e doutorados em diversas áreas do conhecimento.

O resumo histórico, anteriormente descrito, evidencia que as mudanças trazidas pela reforma das políticas educacionais alteravam modelos estruturais, mas sem mudar o propósito inicial que é a oferta de ensino profissional. No



ADAILDES BISPO DOURADO - **Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí**; LÚCIA HELENA DE MEDEIROS MOREIRA OLIVEIRA - **Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal**

entanto, é a partir da promulgação da Lei 11.892/08 que há uma modificação significativa. Surgem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e com eles, a possibilidade de oferta de cursos verticalizados, do técnico à pós-graduação.

### **Vocação econômica do município e a demanda de mão de obra**

Antes de prosseguir com as questões educacionais, importa-nos agora situar o município de Rio Verde dentro do contexto geopolítico e socioeconômico do Estado de Goiás. É um dos doze que compõem a Microrregião do Sudoeste de Goiás, sendo considerado seu município polo. Conforme o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 possui uma área de 8.763 km<sup>2</sup> e conta com uma população de 176.424 habitantes, sendo 163.540 na área urbana e 12.884 no rural. Uma estimativa do órgão apontou para uma população de 217.048 no ano de 2017, números que apresentam um município em acelerado processo de expansão demográfica.

A respeito da atividade pecuária, o censo agropecuário do IBGE de 2006 revelou que o município é um dos maiores produtores de bovinos, suínos e aves do Estado de Goiás. Os números colocam o município entre os 12 (doze) maiores produtores de bovinos do Estado e o primeiro isolado em criação de aves e suínos, sendo que os municípios que ficaram na segunda colocação não possuem metade do seu plantel. Em relação à produção agrícola, o IBGE também mostra números expressivos, com destaque para produção de soja, sorgo, milho e cana-de-açúcar. Os números supõem uma cadeia produtiva ainda mais significativa, uma vez que atrelados ao setor agropecuário estão a indústria, o comércio e a prestação de



ADAILDES BISPO DOURADO - **Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí**; LÚCIA HELENA DE MEDEIROS MOREIRA OLIVEIRA - **Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal**

serviços, uma realidade econômica que presume um grande demandante de mão de obra para esse setor.

O Campus Rio Verde do IF Goiano é a única instituição de ensino público no município que visa formação de profissionais em todos os níveis para a área agropecuária, cabendo a esta instituição, portanto, preparar indivíduos que pretendem ingressar na carreira como técnicos em agropecuária, agrônomos, zootecnistas, além de pesquisadores na área de ciências agrárias.

### **Nova Educação Profissional no Brasil: mais do mesmo?**

A Educação Profissional no Brasil foi instituída para atender aos pobres e mais necessitados. O decreto de lei que autoriza sua criação deixa clara essa finalidade evidenciando o caráter de dualidade entre o ensino profissional e propedêutico.

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes operárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos úteis à nação. (Decreto-Lei nº 7.566/1909)

Esse pressuposto assistencialista aos poucos foi cedendo espaço para a formação de mão de obra com vistas ao atendimento das necessidades do mercado capitalista, tanto que as recomendações dos organismos estrangeiros acerca das



ADAILDES BISPO DOURADO - **Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí**; LÚCIA HELENA DE MEDEIROS MOREIRA OLIVEIRA - **Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal**

reformas educacionais estão ligadas a este viés. Um exemplo foi a Conferência Mundial de Educação para Todos realizada no ano de 1990. Na ocasião, representantes de governos de 155 países, dentre eles o Brasil, fizeram o compromisso de assegurar educação básica para seus cidadãos. Educação Básica, conforme o documento (UNESCO, 1990, p.3), "... é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação" (item 4, do Art. 1º). O documento também sugere a melhoria do ensino superior e o desenvolvimento da pesquisa científica estabelecendo, "em cada nível da educação, um contrato estreito com o conhecimento tecnológico e científico contemporâneo" (item 2 do Art. 8º, p. 6) e enfatiza a importância da "solidariedade internacional" a fim de corrigir as diferenças econômicas entre os países (item 1 do Art. 10º, p.7).

O Relatório Delors, produzido pela Unesco entre 1993 e 1996, assinala que o desenvolvimento econômico e social faz parte das missões pertinentes à Educação, por isso a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, responsável pelo documento, sugere que esta possua "sistemas mais flexíveis, com maior diversidade de cursos e com possibilidade de transferências entre diversas categorias de ensino". O documento também prevê, além desses aperfeiçoamentos, investimentos na inovação intelectual conforme as características de cada lugar.

Chegam-se os anos 2.000 e com eles, uma nova institucionalidade de educação profissional é posta. São os Institutos Federais, que trazem a proposta de oferta de educação profissional e tecnológica em diversos níveis e modalidades "... formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional" (Art.6º, I, Lei nº 11.892/2008). Observa-se então, que a finalidade central da educação profissional continua sendo a de formar sujeitos



ADAILDES BISPO DOURADO - **Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí**; LÚCIA HELENA DE MEDEIROS MOREIRA OLIVEIRA - **Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal**

para o mercado de trabalho, no entanto, cabe ressaltar que a nova configuração apresenta algo inovador, que é a possibilidade de oferta de cursos em vários níveis de ensino, o que sugere uma amplitude na formação intelectual do indivíduo.

Kuenzer (1999) defende a ideia de desenvolvimento de uma nova concepção de trabalho como forma de superação da alienação do trabalhador, para isso, segundo a autora, é necessário que ocorra a reapropriação do saber por todos os que dele foram excluídos ao longo da história. Seguindo a mesma linha, Frigotto (1997) aposta na formação omnilateral do indivíduo e justifica dizendo que não se trata de ir contra ao avanço da ciência e tecnologia nem de negar os processos de globalização democráticos, mas de formar um indivíduo em sua totalidade.

Voltamos então ao Campus Rio Verde do Instituto Federal Goiano, a fim de verificar *in loco* como esta nova institucionalidade está posta. A intenção é verificar possibilidades de construção do indivíduo para além da formação técnica. Decidimos iniciar com uma análise dos projetos pedagógicos de cursos da área de Ciências Agrárias do Campus Rio Verde - atualmente ofertados nos níveis: técnico, graduação e pós-graduação.

O Projeto Pedagógico do Curso técnico em Agropecuária (PPC, 2015) menciona em seu contexto a formação de profissionais de nível técnico para atuar nas áreas de horticultura, culturas anuais, mecanização agrícola, topografia, fruticultura, animais ruminantes e não ruminantes, considerando “os diferentes patamares tecnológicos, orientando práticas agrícolas e zootécnicas economicamente viáveis e de menor impacto ambiental, garantindo assim a sustentabilidade dos sistemas produtivos.” O curso de bacharelado em Agronomia, que teve início no ano de 2007, também segue essa tendência. Conforme seu Projeto Pedagógico (PPC, 2010), desde sua implantação sofreu diversas reformulações na organização curricular buscando sempre adequar-se às



ADAILDES BISPO DOURADO - **Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí**; LÚCIA HELENA DE MEDEIROS MOREIRA OLIVEIRA - **Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal**

exigências do mercado de trabalho. O curso de bacharelado em Zootecnia, criado no ano de 2006, e que também integra a área de ciências agrárias pende para o mesmo viés. A justificativa de sua criação descrita em seu Projeto Pedagógico (PPC, 2016) menciona as mudanças ocorridas no mundo com a globalização, assinalando o avanço científico e a necessidade de adoção de novas tecnologias, sobretudo no campo.

Analisando a organização curricular desses cursos, contidas em seus respectivos projetos pedagógicos, verifica-se que estas coadunam com os seus objetivos, tanto que as disciplinas que compõem suas matrizes curriculares são voltadas unicamente para a profissionalização técnica do indivíduo, não possuindo, portanto, uma base que sustentaria uma formação ampla, que permitiria a construção da autonomia intelectual do indivíduo. Estamos cientes de que esta constatação pode não ser uma verdade absoluta, a considerar que um processo educativo não está sedimentado apenas nos projetos pedagógicos, matrizes curriculares e ementas dos cursos. Existe todo um universo que precisa ser considerado e que deverá ser aprofundado em estudos futuros.

## **Considerações finais**

Conhecer um objeto exige imersão pelo seu processo histórico, assim como, para conhecer sua totalidade é necessário partir de suas minúcias. Neste sentido, a análise buscou romper as barreiras do tempo esmiuçando pormenores da instituição estudada, historicizando-a no sentido de desvelar a contemporaneidade do ensino profissional brasileiro. Apesar do recorte histórico temporal datar-se de um período aproximado de duas décadas, fez-se necessário trafegar por períodos anteriores para se chegar ao tempo atual, momentos de apogeu da instituição



ADAILDES BISPO DOURADO - **Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí**; LÚCIA HELENA DE MEDEIROS MOREIRA OLIVEIRA - **Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal**

estudada no que se refere a oferta de vagas de cursos em áreas diversas e níveis diferenciados, proporcionada pela expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica.

Ao analisar os documentos que a oficializam e observar os caminhos que a educação profissional tem tomado desde então, depreende-se que a formação de mão de obra visando o mercado de trabalho ainda tem seu lugar de destaque. A evidência dessa intencionalidade começa na observância da lei que cria os Institutos Federais. No item I do art. 6º consta como uma de suas características e finalidades a oferta de “...educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. E ainda, inequívoco, quando comparada aos documentos que tratam dos acordos internacionais para educação.

Ao entrecruzar tais evidências aos objetivos dos cursos da área de ciências agrárias do Campus Rio Verde, conclui-se que as instituições de ensino profissionalizante pretendem dar uma resposta aos acordos firmados na década de 1990 entre a nação brasileira e os organismos estrangeiros. Acordos esses que norteiam as políticas educacionais para os países em desenvolvimento visando o triunfo da globalização econômica.

Esta análise trouxe elementos significativos que comprovam a propagação das políticas neoliberais por meio das políticas educacionais. Talvez o grande desafio que os Institutos Federais possam ter pela frente, seja a desmistificação do cunho ideológico impregnado nas atribuições históricas da educação profissional brasileira, que é a de formar mão de obra qualificada e aligeirada visando o fortalecimento do sistema socioeconômico. Só o tempo dirá se esse modelo poderá



ADAILDES BISPO DOURADO - **Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí**; LÚCIA HELENA DE MEDEIROS MOREIRA OLIVEIRA - **Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal**

evoluir para a formação de trabalhadores emancipados e intelectualmente autônomos.

## Referências

BRASIL, *Decreto nº 2.208*, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 17 de abril de 1997. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm). Acesso 28.04.2017.

\_\_\_\_\_. *Decreto-Lei 7.566 de 23 de setembro de 1909*. Cria nas capitais dos Estados da República das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, Seção 1, p. 6975, 26 set. de 1909.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 62.178, de 25 de fevereiro de 1968. Provê sobre a transferência de estabelecimentos de ensino agrícola para Universidades e dá outras providências. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil, DF, 1968.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso 28/02/2017.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 11.892/08 de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, 2008.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para ao século XXI* – 4. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2000.

FRIGOTTO, G. Cidadania e formação técnico-profissional: desafios neste fim de século. In: HERON, L. da S.; AZEVEDO, J.C. de; SANTOS, E. S. dos (Orgs). **Novos**



ADAILDES BISPO DOURADO - **Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí**; LÚCIA HELENA DE MEDEIROS MOREIRA OLIVEIRA - **Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal**

**Mapas Culturais Novas Perspectivas Educacionais.** Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.

IBGE, **Censo 2010**, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/rio-verde/panorama>. Acesso em: 16 de janeiro de 2018.

IBGE, *Produção Agrícola Municipal 2014*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

KUENZER, A.Z. **Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

LEÃO, Jeanne Mesquita de Paula, *Colégio Agrícola de Rio Verde: o processo de consolidação da educação profissional agrícola no sudoeste goiano (1967-1979)*. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2015.

LIMA, Filadelfo Borges de. **Síntese dos prefeitos rio-verdenses de Martins Borges a Nelci Spadoni**. Rio Verde – GO: IAM: 2000.

MOURA, Dante. *Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração*. **Holos**, Ano 23, Vol. 2, 2007.

RIO VERDE, Matriz Curricular Agronomia, 2010. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Rio Verde. Disponível em: [https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/RV/CURSOS\\_SUPERIORES/AGRONOMIA/Matriz\\_Agronomia\\_2010-20130828.pdf](https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/RV/CURSOS_SUPERIORES/AGRONOMIA/Matriz_Agronomia_2010-20130828.pdf). Acesso: 09/10/2017.

RIO VERDE, Matriz Curricular Curso Técnico em Agropecuária, 2015-1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Rio Verde. Disponível em: [https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/RV/Cursos\\_Tecnicos/Agropecuaria/Matriz\\_Curricular\\_Tecnico\\_em\\_Agropecuaria\\_2015.1.pdf](https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/RV/Cursos_Tecnicos/Agropecuaria/Matriz_Curricular_Tecnico_em_Agropecuaria_2015.1.pdf). Acesso: 09/10/2017

RIO VERDE, Matriz Curricular Zootecnia, 2017. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Rio Verde. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/RV/2017/janeiro/matriz.pdf>. Acesso: 09/10/2017.



ADAILDES BISPO DOURADO - **Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí**; LÚCIA HELENA DE MEDEIROS MOREIRA OLIVEIRA - **Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal**

RIO VERDE, Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia (PPC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Rio Verde. Rio Verde, 2010. Disponível em:

[https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/RV/CURSOS\\_SUPERIORES\\_AGRONOMA/PPC\\_Agronomia\\_2010\\_13-12-2012.pdf](https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/RV/CURSOS_SUPERIORES_AGRONOMA/PPC_Agronomia_2010_13-12-2012.pdf). Acesso: 09/10/2017.

RIO VERDE, Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Zootecnia (PPC), 2016. Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/RV/2017/janeiro/PPC-Zootecnia-2017.pdf>. Acesso: 09/10/2017.

RIO VERDE, Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária (PPC), 2014. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Rio Verde. Disponível em: [https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/RV/Doc\\_cursos/ppc\\_agropecuaria.pdf](https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/RV/Doc_cursos/ppc_agropecuaria.pdf). Acesso em: 09/10/2017.

UNESCO. **Conferência Mundial de Educação para Todos. Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: março de 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 16 de julho de 2016.

Recebido em janeiro de 2018  
Aprovado em fevereiro de 2018